



Caderno Científico Supesp

Pesquisa e Estratégia em Segurança Pública

2024



RESUMOS



www.supesp.ce.gov.br



@supesp.ce

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SSPDS
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA
PÚBLICA- SUPESP

CADERNO CIENTÍFICO SUPESP:
Pesquisa e Estratégia em Segurança Pública
2024

FORTALEZA – CE
2024

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Elmano de Freitas da Costa

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DO CEARÁ

Jade Afonso Romero

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SSPDS

Antônio Roberto Cesário de Sá

SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Nabupolasar Alves Feitosa

DIRETORA DE PESQUISA E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA - DIPAS

Juliana Barroso

DIRETOR DE ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - DIESP

Gonçalo Eduardo Barreto Araújo

GERENTE DE ESTATÍSTICA E GEOPROCESSAMENTO - GEESP

Franklin de Sousa Torres

Organizadores – Nabupolasar Alves Feitosa, Leonardo D’Almeida Couto Barreto e José Eudázio Honório Sampaio

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

F311c Feitosa, Nabupolasar Alves.
Caderno científico SUPESP [livro eletrônico] : pesquisa e estratégia em segurança pública / Nabupolasar Alves Feitosa, Leonardo D’Almeida Couto Barreto, José Eudázio Honório Sampaio. – Fortaleza, CE: CH Serviços, 2024.

Formato: ePUB
Requisitos de sistema: Adobe Digital Editions
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-65-5278-061-4
DOI 10.70271/241217.1203

1. Segurança pública. 2. Pesquisa – Brasil. I. Barreto, Leonardo D’Almeida Couto. II. Sampaio, José Eudázio Honório. III. Título.
CDD 363.2

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Os artigos apresentados neste livro são de inteira responsabilidade dos seus autores. As opiniões neles emitidas nos resumos não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública – Supesp.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
PARTE I – PERSPECTIVAS SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA	8
Dinâmicas sociais contemporâneas e desafios para a segurança pública	9
Dinâmica global do crime organizado	10
Políticas públicas de segurança inteligentes e eficazes: inteligência artificial, ciência de dados e evidências	11
Crimes violentos nos municípios cearenses que possuem base do Comando de Policiamento de Ações Intensivas e Ostensivas (RAIO/PMCE).....	12
Vozes silenciadas: panorama da violência contra mulheres no Ceará	13
PARTE II – AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA..	14
A aplicação da lei maria da penha e as políticas públicas de combate à violência contra a mulher em Campos Sales-CE.....	15
A efetivação do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado mediante a atuação do batalhão de polícia de meio ambiente do ceará	16
Atuação do projeto paz no lar na integração dos órgãos de segurança pública e do poder judiciário no combate à violência doméstica contra a mulher no município de Maracanaú-CE	17
Necropolítica e a lei de drogas: os impactos no encarceramento da população LGBTI+	18
O papel da ciência e datecnologia na consolidação de políticas de segurança pública	19
Promoção dos direitos humanos na segurança pública: uma visão a partir do Pronasci	20
Reincidência criminal: o caso brasileiro e revisão sistemática da literatura de avaliação de programas	21
Suporte à tomada de decisão: a alocação de efetivo policial militar com o método AHP	22

Violência urbana: territorialização da violência na cidade de Mossoró/RN.....	23
PARTE III – INOVAÇÃO E TECNOLOGIA APLICADA EM SEGURANÇA PÚBLICA.....	24
A importância dos bancos de dados nos processos de análise pericial por meio de inteligência artificial.....	25
Aplicações em inteligência artificial para segurança pública: um panorama com caso de uso.....	26
Cidades inteligentes e segurança pública.....	27
Monitoramento de crimes no entorno de pontos, rotas e ônibus	28
O corpo mente? uso do sistema <i>facis</i> e da linguagem não verbal como instrumento de prova no inquérito policial.....	29
Projeto carcará: policiamento autônomo e aéreo 24/7.....	30
Quebrando o ciclo: fortalecendo o combate à violência contra a mulher.....	31
Sistema de registro de óbitos: aprimorando a precisão do registro dos óbitos no Espírito Santo	32
PARTE IV – ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUCESSO NA SEGURANÇA PÚBLICA.....	33
A implantação do serviço de inteligência nos grandes eventos desportivos no estado do ceará: a célula de inteligência do batalhão de choque da polícia militar do estado do ceará como ferramenta de prevenção e de combate ao crime nos jogos de futebol	34
Análise do contexto dos crimes da delegacia de repressão aos crimes por discriminação racial, religiosa ou orientação sexual de Fortaleza.....	35
As delegacias de polícia civil e a utilização de métodos consensuais	36
Cadeia de custódia na segurança pública.....	37
Criminologia e combate à criminalidade violenta urbana.....	38
Integração e segurança pública: uma análise do consórcio das guardas municipais do Ceará.....	39

Perícia criminal contábil em processos licitatórios na modalidade pregão presencial: um estudo de caso	40
Saúde e qualidade de vida do servidor da guarda municipal de Fortaleza a partir de uma abordagem biopsicossocial	41
PARTE V – ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA REDUÇÃO DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS (CVLI)..	42
Análise espacial do índice de criminalidade na área urbana do município de Caucaia, Ceará, Brasil	43
Análise geoespacial dos determinantes das ocorrências dos homicídios nos bairros de Fortaleza, Ceará.....	44
Audiências de custódia para casos de homicídio: uma análise das medidas cautelares no estado do Ceará entre os anos de 2020, 2021 e 2022.....	45
Desaparecimento forçado e crimes letais contra adolescentes no contexto da violência armada na cidade de Fortaleza (CE).....	46
Intervenção urbana, crime e performance escolar: o caso das areninhas em Fortaleza	47
Máximos e mínimos mensais de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI)	48
Monitoramento dos Crimes Violentos Letais Intencionais no Ceará em 2023 por meio do coeficiente de Mann-Kendall.....	49
Práticas restaurativas nos atos infracionais pelas polícias judiciárias como estratégia para redução de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51

INTRODUÇÃO

A segurança pública é um dos temas mais desafiadores e complexos para a gestão de políticas no Brasil, especialmente em contextos marcados por profundas desigualdades sociais, econômicas e territoriais. Este livro reúne os resumos apresentados durante o I Encontro de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Ceará (2024), realizado entre os dias 20 e 22 de junho de 2024. O evento foi promovido pela Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (Supesp) e pela Academia Estadual de Segurança Pública (Aesp), órgãos vinculados à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS).

Com o objetivo de reunir pesquisadores, pesquisadoras e profissionais de segurança pública, tanto do âmbito estadual quanto nacional, o encontro fomentou debates sobre avaliação de políticas de segurança, inovação tecnológica e estratégias para o setor. Contou com 256 inscritos como ouvintes e recebeu 52 resumos submetidos a quatro grupos de trabalho. Desses, 33 foram selecionados por uma comissão científica composta por profissionais das forças de segurança com mestrado e doutorado.

Este livro apresenta os resumos de estudos que exploram diversas dimensões da segurança pública no Ceará e em outras regiões do Brasil, visando identificar boas práticas, desafios e inovações capazes de fortalecer as políticas públicas voltadas à redução da criminalidade e à promoção de direitos. A obra está dividida em cinco partes, cada uma oferecendo uma abordagem específica sobre o tema.

Parte 1: Perspectivas sobre Segurança Pública. A seção inicial aborda as dinâmicas contemporâneas que impactam a segurança pública, começando por reflexões sobre desafios sociais e sua relação com o setor. Inclui discussões sobre o uso de inteligência artificial e ciência de dados para a formulação de políticas mais eficazes, além de estudos sobre a violência contra mulheres no Ceará e o impacto do policiamento ostensivo, oferecendo uma perspectiva crítica das práticas em curso.

Parte 2: Avaliação de Políticas de Segurança Pública. Nesta parte, são avaliadas políticas públicas relacionadas à segurança, com destaque para o papel da ciência e da tecnologia na consolidação de direitos humanos. São analisados programas como o Pronasci, bem como temas sensíveis, como a necropolítica e seus efeitos sobre o encarceramento da população LGBTI+, além de iniciativas locais de combate à violência doméstica.

Parte 3: Inovação e Tecnologia Aplicada à Segurança Pública. Aqui, o foco recai sobre as inovações tecnológicas no campo da segurança pública. São explorados conceitos como cidades inteligentes e o uso de sistemas avançados para a elucidação de crimes. Exemplos incluem o monitoramento de delitos em rotas de transporte público e o aprimoramento do registro de óbitos no Espírito Santo, demonstrando como a tecnologia pode ser uma aliada na busca por soluções mais eficientes e inclusivas.

Parte 4: Estratégias e Políticas de Sucesso na Segurança Pública. Nesta seção, são destacadas políticas e estratégias bem-sucedidas, como delegacias que adotam métodos consensuais, a atuação da célula de inteligência da Polícia Militar em eventos esportivos e o uso de perícias criminais em processos licitatórios. Essas experiências ilustram como abordagens inovadoras e colaborativas podem otimizar a segurança pública.

Parte 5: Estratégias para Redução de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI). A última parte aborda iniciativas voltadas à redução de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), um dos principais indicadores de segurança pública. São apresentados estudos sobre os resultados de audiências de custódia para casos de homicídio no Ceará, o monitoramento de CVLI em 2023 e análises espaciais da criminalidade em Caucaia. Essas pesquisas oferecem *insights* valiosos para a formulação de políticas mais eficazes no combate à violência.

Este livro oferece uma visão abrangente e crítica das políticas de segurança pública, refletindo o estado-da-arte das pesquisas na área. Combinando reflexões teóricas e práticas concretas, busca servir como uma ferramenta essencial para pesquisadores, gestores públicos e demais interessados em promover uma segurança mais eficiente, inclusiva e justa.

Os organizadores

PARTE I
PERSPECTIVAS SOBRE SEGURANÇA
PÚBLICA

DINÂMICAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS E DESAFIOS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA

César Barreira¹

RESUMO

O texto analisa os desafios e as dinâmicas da segurança pública no Brasil contemporâneo, destacando a complexidade crescente das relações sociais e da violência. A segurança pública, enquanto um setor vulnerável, é marcado por taxas elevadas de homicídios e práticas violentas, que geram uma sensação de insegurança e “cultura do medo”. A ênfase se dá pela necessidade de compreender a violência como fenômeno social, rompendo com interpretações simplistas e estereótipos. Da mesma forma, a integração de estratégias preventivas, inteligência e colaboração interinstitucional, incluindo parcerias entre forças policiais, universidades e centros de pesquisa. A “violência difusa” torna indivíduos e espaços mais vulneráveis, ampliando desafios como a violência armada, o fortalecimento de facções e a banalização de crimes hediondos, como chacinas. Além disso, novas demandas sociais colocam a polícia em papéis que vão além da repressão, exigindo sensibilidade e preparo em questões não criminais, como conflitos comunitários. A formação de profissionais de segurança pública em direitos humanos e cidadania é apontada como central para uma “segurança cidadã”. Em conclusão, destaca-se que soluções simplistas são insuficientes para lidar com problemas complexos, defendendo a valorização de políticas públicas integradas e democráticas.

Palavras-chave: Segurança pública; Violência; Prevenção; Polícia comunitária; Políticas públicas.

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1987), tendo realizado pós-doutorado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* — Paris (1990) — e no Instituto de Ciências Sociais — Lisboa (2008). Pesquisador do CNPq (nível I-A), coordena o Laboratório de Estudos da Violência da UFC e dirige o Colégio de Estudos Avançados da UFC. Desenvolve pesquisas e possui inúmeras publicações nas áreas: sociologia da violência e dos conflitos sociais; segurança pública e sociedade; poder e processos sociais agrários; conflitos e disputa pela água. Os seus principais livros são: *Trilhas e Atalhos do poder: conflitos sociais no Sertão* (Rio Fundo, 1992); *Crimes por encomenda a pistolagem no cenário brasileiro* (Relume Dumará, 1998); e *Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa* (Pontes Editora, 2008).

DINÂMICA GLOBAL DO CRIME ORGANIZADO

Nabupolasar Alves Feitosa²

RESUMO

A presença de organizações criminosas no mundo tem sido uma questão de Estado para várias nações. No Brasil, esse fato ganha contornos cada vez mais fortes na medida em que a violência urbana – abastecida e incendiada pelo tráfico de drogas – tornou-se um problema central na sociedade brasileira, sendo tema central até mesmo nos debates nas eleições municipais. Assim, este estudo busca analisar a dinâmica global do crime organizado. Para isso, baseia-se em Braz Baracuhy (2021) na área de geopolítica, em Guaracy Mingardi (2007) no contexto da segurança pública, dentre outras obras. O artigo cumpre o papel de indicar como os interesses das organizações criminosas transnacionais interferem diretamente nas disputas pelo controle de esquinas das grandes cidades, como Fortaleza-CE, e se aproveita de várias características que o estado do Ceará oferece para efetivar seus interesses.

Palavras-chave: Crime Organizado; Geopolítica; Segurança Pública.

² Superintendente de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (Supesp/SSPDS).

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA INTELIGENTES E EFICAZES: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, CIÊNCIA DE DADOS E EVIDÊNCIAS

Bárbara Caballero³

RESUMO

O emprego de Inteligência Artificial (IA) em Segurança Pública é recente e se configura como um campo promissor, ainda em aprendizado, que pode trazer eficiência e eficácia para a atividade policial, seja na atividade de investigação, seja no próprio trabalho ostensivo. Diversas ferramentas que usam IA já estão em prática, como a tecnologia de leitura de placas, o reconhecimento facial, a identificação biométrica, a escuta telefônica, a identificação de trotes em chamados 190, a análise de vínculos etc. Ainda mais recente e com grande potencial de desenvolvimento, destacamos a previsão ou a predição de crimes. Ainda que essa atividade já seja rotineira em unidades policiais, por meio de métodos estatísticos e até econométricos, apoiada no conhecimento local dos agentes de segurança, a IA traz grandes vantagens, como a capacidade de trabalhar com uma quantidade de dados em tal velocidade que a inteligência humana não atingiria. Contudo, cabe lembrar que fazer mais em menos tempo não significa necessariamente fazer melhor. Por isso, é crucial saber como a IA funciona – que não é por meio de adivinhação. A IA, em geral, aprende, com base em estatística, a identificar padrões. Para um bom resultado, a IA tem que ser bem instruída e bem alimentada – com dados qualificados, precisos e, sobretudo, em grande volume. Isso exige, também, uma adequada estrutura de ciência de dados: *softwares* de ponta e, principalmente, capacidade técnica humana, para as informações produzidas serem transformadas em conhecimento benéfico para a segurança pública.

Palavras-chave: Políticas públicas de segurança inteligentes; Inteligência Artificial; Ciência de Dados.

³ Mestre em Economia pela PUC-Rio. Pesquisadora em segurança pública associada ao Ipea e coautora do Atlas da Violência 2024.

CRIMES VIOLENTOS NOS MUNICÍPIOS CEARENSES QUE POSSUEM BASE DO COMANDO DE POLICIAMENTO DE AÇÕES INTENSIVAS E OSTENSIVAS (RAIO/PMCE)

Giovanna Lima Santiago Carneiro⁴

José Eudázio Honório Sampaio⁵

RESUMO

O artigo analisa a expansão do Comando de Policiamento de Ações Intensivas e Ostensivas (Raio), uma política pública de segurança que tem como objetivo central a redução da violência nos municípios cearenses. Para isso, buscou-se medir o possível impacto desta política pública no que diz respeito aos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e aos Crimes Violentos Contra o Patrimônio (CVP). Como uma primeira aproximação do tema, foi realizada a comparação entre o número de ocorrências registradas no período de um ano antes e um ano depois da instalação de cada base do Raio. Os dados utilizados são provenientes da Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (Supesp). Embora não seja possível atribuir os resultados exclusivamente à implementação da política, tendo em vista que os fenômenos criminais são complexos e dependem de inúmeros fatores, esta aproximação inicial aponta para uma redução de ambos os indicadores criminais na maioria dos municípios analisados.

Palavras-chave: Comando de Policiamento de Ações Intensivas e Ostensivas (Raio); política pública; Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI); Crimes Violentos Contra o Patrimônio (CVP).

⁴ Assessora na Diretoria de Pesquisa e Avaliação de Políticas de Segurança Pública (Dipas/Supesp). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: giovanna.carneiro@supesp.ce.gov.br.

⁵ Assessor na Diretoria de Pesquisa e Avaliação de Políticas de Segurança Pública (Dipas/Supesp). É doutorando e possui mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (ProPGeo/UECE). Graduiu-se em Geografia, licenciatura e bacharelado pela UECE. E-mail: eudazio.sampaio@supesp.ce.gov.br.

VOZES SILENCIADAS: PANORAMA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO CEARÁ

Jamily Santos Sousa⁶
Giovanna Lima Santiago Carneiro⁷
José Eudázio Honório Sampaio⁸
Priscila Silva Rodrigues Falconeri⁹

RESUMO

O artigo aborda a complexa questão da violência contra mulheres e meninas, identificada como um grave problema de saúde pública e violação dos direitos humanos pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A pesquisa adota uma abordagem quantitativa, exploratória e descritiva, analisando dados de mulheres vítimas de violência doméstica no Ceará, de janeiro de 2018 a dezembro de 2023. A análise revela padrões alarmantes de aumento, especialmente em 2023, e destaca a incidência significativa durante fins de semana e feriados. Ao focar dados demográficos, a pesquisa sublinha a importância de abordagens sensíveis às desigualdades sociais. Em síntese, este artigo visa oferecer uma abordagem abrangente na elucidação do perfil das mulheres vítimas de crimes abarcados pela Lei Maria da Penha, proporcionando, adicionalmente, uma análise minuciosa das características específicas desses crimes.

Palavras-chave: Violência; Mulheres; Lei Maria da Penha.

⁶ Assessora na Diretoria de Pesquisa e Avaliação de Políticas de Segurança Pública (Dipas/Supesp). Mestranda em estatística pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: jamilyestatistica@gmail.com.

⁷ Assessora na Diretoria de Pesquisa e Avaliação de Políticas de Segurança Pública (Dipas/Supesp). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: giovanna.carneiro@supesp.ce.gov.br.

⁸ Assessor na Diretoria de Pesquisa e Avaliação de Políticas de Segurança Pública (Dipas/Supesp). É doutorando e possui mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (ProPGeo/UECE). E-mail: jose.sampaio@supesp.ce.gov.br

⁹ Assessora e Doutora em Economia pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: priscila.supesp@gmail.com.

PARTE II
AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA
PÚBLICA

A APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM CAMPOS SALES-CE

Maria Magnólia de Oliveira Lima¹⁰

RESUMO

A violência contra a mulher é uma questão global que persiste como um desafio social e de direitos humanos. No Brasil, a Lei Maria da Penha foi promulgada em 2006 como uma medida crucial para enfrentar esse problema. Em Campos Sales, município do Ceará, essa violência também se faz presente, exigindo a implementação efetiva de políticas públicas. Este estudo visa analisar a eficácia da Lei Maria da Penha e das políticas públicas locais no combate à violência contra a mulher em Campos Sales, identificando os desafios e as potenciais melhorias necessárias. A pesquisa baseou-se em revisão bibliográfica de estudos acadêmicos, relatórios governamentais e dados estatísticos relacionados à aplicação da Lei Maria da Penha e às políticas públicas de combate à violência de gênero em Campos Sales. Os resultados revelam que, embora haja avanços significativos na conscientização e na legislação, ainda existem desafios na efetiva implementação das políticas públicas e na garantia de acesso das mulheres aos serviços de proteção e justiça. A partir da análise, conclui-se que é fundamental fortalecer os mecanismos de aplicação da Lei Maria da Penha e intensificar as políticas públicas locais, com foco na prevenção, no atendimento especializado às vítimas e na responsabilização dos agressores, a fim de promover uma mudança efetiva na cultura de violência contra a mulher em Campos Sales.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha; Violência contra a mulher; Políticas públicas; Campos Sales.

¹⁰ Discente do curso de Especialização em Direito Administrativo e Gestão Pública (UAB/URCA).

A EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO MEDIANTE A ATUAÇÃO DO BATALHÃO DE POLÍCIA DE MEIO AMBIENTE DO CEARÁ

Alberto Lucas Lima da Costa¹¹

RESUMO

No trabalho a seguir, investiga-se um panorama da progressão da legislação ambiental em nível legal e realiza-se uma análise da elevação ao patamar constitucional do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerando como a atuação do Batalhão de Polícia de Meio Ambiente (BPMA) da Polícia Militar do Estado do Ceará (PMCE), unidade desse órgão de segurança pública, contribui para concretização de aludido direito fundamental. Logo, verifica-se como o direito fundamental referido passou a ser tutelado sob o prisma legal e constitucional no ordenamento jurídico pátrio. Outrossim, averígua-se como o supradito direito fundamental foi incluído texto constitucional da Constituição Federal de 1988 (CF/88), em termos de sua amplitude e abrangência normativa. Além disso, o trabalho em análise discorre sobre o histórico e a importância do BPMA, unidade pertencente aos quadros da PMCE, e suas contribuições, por meio de seus processos de patrulhamento para a efetivação, em termos ambientais, no Estado do Ceará, do supramencionado direito fundamental previsto na CF/88. Por fim, este trabalho faz considerações concernentes ao fenômeno da poluição sonora, no que se refere à sua caracterização como crime ou contravenção penal, e os impactos do evento danoso mencionado sobre o equilíbrio ecológico e a saúde humana, considerando, no contexto da segurança pública, ações e operações do BPMA de combate aos ruídos excessivos. Por fim, a metodologia de pesquisa empregada é do tipo bibliográfica, e a investigação empreendida é pautada em aspectos qualitativos e quantitativos do tema estudado, com o escopo descritivo, exploratório e analítico.

Palavras-chave: Direito fundamental; Meio ambiente; Batalhão de polícia de meio ambiente.

¹¹ Cadete da Polícia Militar do Ceará.

ATUAÇÃO DO PROJETO PAZ NO LAR NA INTEGRAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DO PODER JUDICIÁRIO NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ-CE

Fabíolla Moreira Cassiano¹²

RESUMO

A Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha – foi um marco na garantia dos direitos mais básicos e do acesso à justiça às mulheres em situação de violência doméstica. Contudo, para corroborar com o caráter protetivo da lei, é necessário articular, ampliar e fortalecer as políticas públicas para o enfrentamento da violência doméstica. Em 2022, o Brasil apresentou elevado crescimento de todas as formas de violência contra a mulher; assim, são necessárias ações conjuntas para combater a problemática da violência contra a mulher. A pesquisa trata sobre a aplicação dos mecanismos de proteção da Lei 11.340/2006 e a integração das políticas de segurança e sociais no combate à violência doméstica em Maracanaú-CE. Objetivando explicar sobre a integração dos órgãos de segurança pública e do poder judiciário, bem como apresentar a eficiência do Projeto Paz no Lar desenvolvido em Maracanaú, que apresenta resultados positivos na proteção integral à mulher, tornando-se referência aos municípios cearenses com elevados índices de violência doméstica. O projeto é composto pelo Tribunal de Justiça do Ceará, 14º Batalhão – Polícia Militar do Ceará e Guarda Civil de Maracanaú, fiscaliza o cumprimento das medidas protetivas, realiza o atendimento humanizado às mulheres em situação de violência doméstica e atua no acompanhamento dos autores de violência. Pretende-se, ao longo da pesquisa científica, coletar dados das mulheres assistidas mediante questionário e avaliar se as medidas protetivas foram suficientes para garantia da sua integridade física e psicológica, como também conhecer os casos de desistência desse mecanismo de segurança.

Palavras-chave: Violência doméstica e familiar contra a mulher; Políticas públicas de segurança; Lei Maria da Penha.

¹² Mestranda em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará e Cabo da Polícia Militar do Ceará.

NECROPOLÍTICA E A LEI DE DROGAS: OS IMPACTOS NO ENCARCERAMENTO DA POPULAÇÃO LGBTI+

Anderson Gois Carvalho¹³

RESUMO

O artigo propõe uma análise das políticas públicas a partir da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. A pesquisa desdobrou-se através do meu projeto de conclusão de curso, defendido em 2019, no Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), do Campus dos Malês, com recorte para a população LGBTI+, que foi encarcerada pela lei de drogas. A abordagem conceitual e teórica utilizada perpassa pela categoria Necropolítica, de Achille Mbembe (2003), diante das observações feitas na aplicação da lei de drogas, entrelaçadas aos dados levantados quanto ao encarceramento das pessoas LGBTI+ no Brasil. No artigo, tento discorrer sobre a biopolítica na aplicação da lei de drogas, o aumento de números de pessoas encarceradas no sistema penitenciário brasileiro, as marcas do cárcere na população LGBTI+ e a condição das mulheres privadas de liberdade. O uso da revisão bibliográfica sistemática como metodologia de pesquisa definiu o conjunto de procedimentos que conduziram à pesquisa, tendo sido norteado pela questão suscitada em torno das implicações e dos impactos da necropolítica e da lei de drogas na população LGBTI+ em situação de privação de liberdade. Definimos o recorte geográfico para o estado do Ceará, como forma de visibilizar as vivências destas populações neste contexto do Brasil. Para a coleta de informações empíricas, foram realizadas entrevistas na Unidade Prisional Irmã Imelda Lima Pontes, que indicam as percepções das apenadas sobre suas realidades e que podem sugerir leitura passível de enquadramentos.

Palavras-chave: Narcóticos; Controle; Negros; LGBTI+; Segregação; Necropolítica; Brasil.

¹³ Bacharel em Humanidades, Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) CAMPUS DOS MALÊS. <http://lattes.cnpq.br/5942468704471380>

O PAPEL DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA NA CONSOLIDAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Alan Patrick Coimbra Melo¹⁴

Adirleide Greice Carmo de Souza¹⁵

RESUMO

O presente artigo considera a produção do conhecimento como elemento fundamental para a evolução humana. A intenção é investigar o papel da Ciência e Tecnologia na consolidação de políticas públicas, que favoreçam condições melhores de segurança à população. A busca pela inovação e o investimento em estruturas de apoio ao aumento de tecnologias inovadoras estão no centro das preocupações estratégicas das modernas organizações públicas e privadas, garantindo soluções mais eficazes a problemas que se renovam a cada dia. Neste contexto, o sistema de segurança pública necessita readequar suas estratégias de promoção de segurança, para ter condições de enfrentar o fenômeno da criminalidade e da violência. O resultado almejado é demonstrar a importância do pensamento científico, consolidado pelo apoio a pesquisas e pelo desenvolvimento de novas tecnologias, para a elaboração, o acompanhamento e a reestruturação de políticas de segurança pública baseado em evidências. Quanto aos procedimentos metodológicos utilizados, foram baseados em pesquisa explicativa com abordagem qualitativa e dialética. Orientou-se, a partir dos objetivos propostos, enquanto eixos de investigação, o seguinte percurso: I) pesquisa bibliográfica; II) pesquisa documental; III) pesquisa de campo (observação sistemática); e IV) análise e interpretação dos dados. O principal resultado foi a identificação de gargalos operacionais, administrativos e técnicos, que limitam a efetividade das políticas de segurança pública.

Palavras-chave: Conhecimento; Segurança Pública; Violência.

¹⁴ Mestre e graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amapá. Especialista em Auditoria, Perícia, Segurança Ambiental e Gestão de Pessoas. Atualmente é Capitão do Corpo de Bombeiros Militar do Amapá, exercendo a função de Coordenador da Academia Integrada de Formação e Aperfeiçoamento do Estado do Amapá (AIFA). alancoimbra.ofbm@gmail.com.

¹⁵ Doutoranda em Direito pela Universidade de Lisboa. Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Amapá. Especialista em Educação Especial. Especialista em Direito e Processo do Trabalho. Advogada OAB/AP nº. 2779. Socióloga. Avaliadora de Curso Superior do INEP/MEC. Servidora Pública do Governo do Estado do Amapá. greicedysouza@hotmail.com.

PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA SEGURANÇA PÚBLICA: UMA VISÃO A PARTIR DO PRONASCI

Ariane Carvalho Rocha de Moraes Mota¹⁶

Emily Pererira Soares Peres¹⁷

RESUMO

A questão da segurança pública é algo que norteia o cotidiano da sociedade moderna. Os altos índices de criminalidade e a grande atuação da mídia sobre o tema fazem com que o assunto segurança pública esteja sempre presente nas discussões, resultando na existência de um “clamor” social por mais segurança e por penas mais duras e cruéis. A sensação de insegurança, presente na maioria das cidades brasileiras, faz com que, comumente, a sociedade passe a defender ações mais rigorosas no combate à criminalidade, as quais, muitas vezes, também são violadoras de direitos humanos. Nesse contexto, ganha-se destaque a atuação policial, visto que, cada vez mais, estão exigindo dos agentes de segurança pública uma atuação pautada na proteção dos direitos humanos. O objetivo do presente trabalho é fazer uma reflexão sobre Direitos Humanos, Segurança Pública e Cidadania, a partir do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). Para isto, realizar-se-á uma pesquisa bibliográfica sobre o histórico dos Direitos Humanos, a Segurança Pública e o nascimento da Segurança Pública Cidadã, a fim de, por fim, analisar a criação do PRONASCI, sua finalidade e sua estrutura como política pública de segurança pública voltada para a promoção dos direitos humanos, com o intuito de superar o modelo tradicional de práticas repressivas e autoritárias e qualificar as forças policiais e, como consequência, reduzir a violência.

Palavras-chave: Segurança Pública; Direitos Humanos; Pronasci; Polícia Cidadã; Políticas Públicas; Cidadania.

¹⁶ Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Christus; Escrivã de Polícia Civil do Estado do Ceará; Mestranda em Planejamento e Políticas Públicas pela UECE. arianecrmoraes@gmail.com.

¹⁷ Major da Polícia Militar do Estado do Ceará; Mestranda em Planejamento e Políticas Públicas pela UECE. emily.soares@sspds.ce.gov.br.

REINCIDÊNCIA CRIMINAL: O CASO BRASILEIRO E REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS

Pedro Reis Lima¹⁸

Georgeana Amaral Maciel da Silveira¹⁹

RESUMO

A criminalidade no Brasil, há muito, desafia o poder público a instituir políticas efetivas de combate e prevenção. O país alcançou o recorde de 834.264 pessoas em cumprimento de pena em 2022, segundo a Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Nesse sentido, é essencial entender os mecanismos que levam à participação no crime, para evitar perpetuação e agravamento do problema, exigindo, dentre outras medidas, aprimorar o processo de reintegração. Assim, o presente trabalho compilou a literatura sobre reincidência criminal no Brasil, especificando métricas de reincidência e identificando quais intervenções funcionam no processo de reintegração dos apenados. Como objetivos específicos tem-se: (1) identificar os índices de reincidência criminal produzidos para o Brasil; (2) explorar os determinantes da reincidência criminal e, analogamente, da reintegração social; e (3) analisar quais políticas existentes demonstram robustez para serem reproduzidas. Ao longo da pesquisa, ficou clara a ausência de evidência empírica para os programas de reintegração disponíveis no Brasil, o que motivou a exploração da literatura estrangeira, especificamente no banco de programas do *National Institute of Justice* dos Estados Unidos. Para isso, utilizou-se, então, a metodologia de revisão bibliográfica baseada no escore de Maryland, referência em segurança pública baseada em evidências. Foram encontrados 75 programas, dos quais 31 se enquadraram nos critérios de inclusão, 17 tiveram escore mínimo para avaliação e 8 demonstraram efeitos positivos na reintegração. Dessa forma, essas intervenções podem ser replicadas e avaliadas no Brasil, para averiguar a validade externa desses programas, que servem de ponto de partida para os gestores locais.

Palavras-chave: Reincidência criminal; Políticas públicas; Sistema prisional.

¹⁸ Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará (2022). Mestrando no programa de Mestrado em Economia do CAEN-UFC.

¹⁹ Possui graduação em Ciências Econômicas pela Fundação Getúlio Vargas - RJ (2007). Completou o programa de Mestrado em Economia do CAEN-UFC (2010) e o programa de Doutorado em Economia do CAEN-UFC (2016). Leciona nos cursos de Ciências Econômicas e Finanças da Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral.

SUORTE À TOMADA DE DECISÃO: A ALOCAÇÃO DE EFETIVO POLICIAL MILITAR COM O MÉTODO AHP

Weibson Braga Junior²⁰

Neuma Cipriano Braga²¹

RESUMO

Na ausência de metodologia específica, este estudo subsidiou a tomada de decisão do Comando Geral da Polícia Militar do Ceará, na distribuição de quase dois mil policiais militares recém-incorporados junto às unidades operacionais do estado, utilizando o método *Analytical Hierarchy Process* (AHP) como abordagem metodológica. O método AHP é uma técnica de análise multicritério desenvolvida por Thomas Saaty, que permite a análise e a priorização de múltiplos critérios em processos decisórios complexos, baseando-se em uma estrutura hierárquica de decisão. A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa e qualitativa, explorando a complexidade do processo decisório, os critérios e os indicadores envolvidos na distribuição do efetivo. Tratou-se de uma pesquisa aplicada, buscando gerar conhecimentos para solucionar um problema prático, e exploratória, visando aprofundar o entendimento sobre o método AHP e sua aplicabilidade. Os procedimentos envolveram revisão de literatura sobre o método AHP, busca em bases de dados junto a órgãos públicos para obtenção de informações socioeconômicas, tratamento e análise de dados de ocorrências policiais com a geração de painéis dinâmicos e planilhas de alocação. A aplicação do método AHP demonstrou ser eficiente e eficaz na distribuição de policiais, fundamentada em critérios que resultou em uma alocação responsiva, transparente e científica, priorizando áreas com maior necessidade de policiamento ostensivo. Os resultados deste estudo têm potencial para orientar outras corporações em direção à inovação com a utilização do método AHP em processos de tomada de decisão similares, tais como na priorização dos programas e projetos que irão compor o portfólio de suas respectivas políticas públicas.

Palavras-chave: Tomada de Decisão; Análise Multicritério; Método AHP.

²⁰ Tenente-Coronel do quadro de Oficiais Combatentes da Polícia Militar do Ceará. Mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará.

²¹ Mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará.

VIOLÊNCIA URBANA: TERRITORIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NA CIDADE DE MOSSORÓ/RN

Erivelton Nunes de Almeida²²

RESUMO

A violência urbana é um fenômeno social que interfere diretamente nas atividades humanas, por isso vem chamando atenção de pesquisadores, dirigentes públicos e da sociedade na totalidade. Não é um fato novo, mas sua expansão, como também o surgimento de novas formas de violência, tem causado perplexidade na sociedade. Este artigo discute a formação de territórios de violência na cidade de Mossoró/RN. O objetivo da pesquisa foi analisar a produção/reprodução de territórios de violência na cidade de Mossoró, investigando, sobretudo, como o espaço urbano produz e reproduz o fenômeno da violência. Visamos compreender como a formação do território contribui com a criação de áreas vulneráveis à violência. Tomamos como referência pesquisas bibliográficas e de campo, além de dados oficiais correspondentes ao período entre os anos de 2015 a 2019. Buscamos analisar como a formação e manutenção do *status* territorial excludente contribui para a produção e reprodução da violência urbana. Observamos que a exclusão social implica na formação de territórios abandonados estruturalmente pelo poder público, que passam a ser ocupados por facções criminosas. Essas facções, aproveitando-se da inércia do estado, acabam por realimentar a violência urbana, transformando-os em redutos do crime. O estudo verificou ainda que como a mídia noticia os atos da violência ocorridos nesses territórios acaba influenciando e ratificando o estigma de violento atribuídos aos territórios.

Palavras-chave: Violência; Urbana; Territorialização.

²² Mestre em Ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Bacharel em Direito, Professor de Direito Penal na Faculdade Católica do Rio Grande do Norte e Delegado de Polícia Civil no Estado do Ceará. E-mail: eriveltonalmeida@yahoo.com.br

PARTE III
INOVAÇÃO E TECNOLOGIA APLICADA EM
SEGURANÇA PÚBLICA

A IMPORTÂNCIA DOS BANCOS DE DADOS NOS PROCESSOS DE ANÁLISE PERICIAL POR MEIO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Thiago Diniz Lobo²³

RESUMO

Cada vez mais utilizada nas atividades de investigação pericial, a Inteligência Artificial (IA) depende de grandes volumes de dados de qualidade para treinar algoritmos que possam reconhecer padrões, fazer previsões e auxiliar na tomada de decisões. A capacidade de aprendizado é um ramo da inteligência artificial que tem crescido exponencialmente, por meio do desenvolvimento de *softwares* capazes de adquirir conhecimento de forma automática e independente. Esse fenômeno ampliou a capacidade de aprendizado de máquinas após a introdução de redes neurais artificiais profundas, que permitem o uso de dados não estruturados, como áudio, vídeo, imagens e texto. Dentro desse escopo, o aprendizado é aplicado em tarefas como o reconhecimento de objetos em imagens, identificação de pessoas por voz e face, processamento de fala em textos, dentre outras. Na Segurança Pública, a adoção da IA apoiada por bases de dados confiáveis é de extrema relevância, ao permitir uma resposta mais rápida e assertiva, potencializando a capacidade de solucionar casos e prevenir o crime, além de contribuir para a alocação mais eficiente dos recursos policiais. Para alcançar esses objetivos, é necessário adotar procedimentos metodológicos rigorosos na coleta, tratamento e análise dos dados, e o devido compliance, ou seja, respaldo legal, para garantir a integridade e a privacidade dos dados, assim como já é possível em bancos de perfis genéticos, de impressões digitais e de material balístico.

Palavras-chave: Banco de dados; Inteligência artificial; Aprendizado de máquina; Investigação policial.

²³ Perito Criminal do Laboratório de Áudio e Vídeo da Pefoce, Mestre em Eng. Elétrica pela UFC e Especialista em Segurança Pública pela Aesp, e-mail: thiago.lobo@pefoce.ce.gov.br.

APLICAÇÕES EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA SEGURANÇA PÚBLICA: UM PANORAMA COM CASO DE USO

José Antônio Fernandes de Macedo²⁴

José Florêncio de Queiroz Neto²⁵

RESUMO

A escalada da criminalidade em diversas regiões do mundo tem impulsionado a busca por soluções inovadoras em segurança pública. Neste contexto, a inteligência artificial (IA) tem se mostrado como uma relevante ferramenta para transformar a análise e a utilização de dados criminais e não criminais. Este trabalho aborda o uso de várias técnicas de IA para aprimorar a análise e aumentar a eficácia do monitoramento e da resposta a incidentes. Inicialmente, exploramos a mineração de dados de trajetórias para detectar movimentos anômalos e analisar encontros. O Processamento de Linguagem Natural (PLN) é abordado, especialmente na interpretação de boletins de ocorrência e geração de relatórios automatizados. Examinamos a análise de vínculos, uma técnica usada para detectar padrões de relacionamentos e fraudes. Além disso, discutimos uma abordagem baseada em árvore de decisão para classificar chamadas de emergência como verdadeiras ou falsas, visando otimizar as respostas policiais. Finalmente, abordamos a identificação de *hotspots* criminais mediante estatística não paramétrica, incluindo um estudo de caso que mostra uma análise completa e a geração de rotas de patrulhamento. Este trabalho destaca como a IA pode revolucionar a segurança pública ao fornecer métodos mais precisos de monitoramento, resposta e inteligência investigativa. Contudo, ressaltamos os desafios éticos e riscos de erros associados ao uso de IA, enfatizando a necessidade de estratégias cuidadosas para sua implementação.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Segurança Pública; Ética.

²⁴ Professor Doutor, na Universidade Federal do Ceará, no Departamento de Computação. Foi Cientista-Chefe da Segurança Pública e Cientista-Chefe da Transformação Digital, no Estado do Ceará. Tem projetos entregues na área de segurança pública no Estado do Ceará e no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

²⁵ Doutor em computação pela Universidade Federal do Ceará, com período sanduíche em Purdue University, nos Estados Unidos, trabalhando com visualização analítica de dados de crimes. Trabalhou em projetos entregues na área de segurança pública no Estado do Ceará e no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

CIDADES INTELIGENTES E SEGURANÇA PÚBLICA

Abraão Henrique Salgao Rosal²⁶

Stephany Emmanuely Bandeira dos Santos²⁷

RESUMO

As Cidades Inteligentes representam uma abordagem inovadora para enfrentar os desafios urbanos, utilizando tecnologias avançadas para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e otimizar a gestão dos recursos públicos. A Segurança Pública é um tema crucial nesse contexto, pois está diretamente relacionada à proteção dos cidadãos e à prevenção e a repressão de crimes em ambientes urbanos cada vez mais complexos. Este estudo visa investigar a relevância das Cidades Inteligentes para a Segurança Pública, com foco nos objetivos principais de melhorar a eficiência das operações policiais, aumentar a sensação de segurança da população e reduzir os índices de criminalidade. Para atingir esses objetivos, serão realizados procedimentos metodológicos que incluem revisão bibliográfica, análise de estudos de caso e entrevistas com especialistas em segurança urbana e tecnologias aplicadas. A justificativa para este estudo reside na crescente urbanização e na necessidade de encontrar soluções inovadoras para os desafios de segurança enfrentados pelas cidades modernas. A integração de tecnologias como inteligência artificial, análise de dados em tempo real, internet de quinta geração (5G), computação em borda e dispositivos de *Internet of Things* (IoT) proporciona o desenvolvimento de uma capacidade de gestão estratégica pautada em respostas rápidas e eficazes, atendendo às demandas de segurança pública e facilitando a alocação inteligente de recursos e a tomada de decisão assertiva por parte dos agentes públicos. Conclui-se que a investigação sobre Cidades Inteligentes e Segurança Pública é fundamental para orientar políticas públicas e investimentos na construção de ambientes urbanos mais seguros, inclusivos e resilientes.

Palavras-chave: Cidades Inteligentes; Segurança Pública; Tecnologias Avançadas.

²⁶ Me.Eng.de Telecomunicações, Policial Militar, abraaohenrique.10@gmail.com.

²⁷ Me.Ciências e Tecnologia de Alimentos, Prof.º Universitária, stephany.bsantos@hotmail.com.

MONITORAMENTO DE CRIMES NO ENTORNO DE PONTOS, ROTAS E ÔNIBUS

Cleston da Silva Forechi²⁸

Giovani Drago de Salles Nunes²⁹

Renan Fraga Santos³⁰

RESUMO

Crimes envolvendo o transporte público não estão numa temática simples, e sim numa bem complexa, pois não se tratam apenas dos crimes cometidos aos passageiros, mas também no entorno de pontos e na própria rota por onde ônibus tem o seu deslocamento. A fim de melhorar a gestão pública no trabalho contra a violência neste tema, foi desenvolvido um painel de monitoramento a partir da ferramenta ArcGis, com as ocorrências criminais registradas, os registros dos pontos de parada dos ônibus e também as suas rotas na Região Metropolitana da Grande Vitória. O painel conta com atualização diária sobre crimes de roubos, incêndios, confrontos e homicídios que se encontrem dentro do escopo proposto. Dessa forma, é possível uma análise individual por itinerário do ônibus, assim como os filtros sobre os crimes elencados. Este painel tem o papel de auxiliar na gestão da segurança pública através destes indicadores, tanto em operações pontuais quanto no policiamento rotineiro. O uso das ferramentas de tecnologia são fundamentais para uma gestão pública mais eficiente.

Palavras-chave: Ônibus; Estatística; Indicadores.

²⁸ Bombeiro Militar, Licenciado em Geografia pela UFES, Analista Criminal pelo IJSN – cleston.forechi@sesp.es.gov.br.

²⁹ Mestre em Geografia pela UFES, Analista de Geoprocessamento pelo IFES – Geovani.nunes@sesp.es.gov.br.

³⁰ Policial Militar, Analista Criminal pelo IJSN – renan.santos@sesp.es.gov.br.

O CORPO MENTE? USO DO SISTEMA *FACS* E DA LINGUAGEM NÃO VERBAL COMO INSTRUMENTO DE PROVA NO INQUÉRITO POLICIAL

Regina Celli Marchesini Berardi³¹

Carolina Alves Antunes

RESUMO

A comunicação não verbal possui uma riqueza de informações que podem ser lidas, inclusive a detecção da mentira. As mentiras surgem por diversas razões, seja para evitar uma punição ou para conquistar alguns benefícios. Nesse sentido, o presente trabalho tem por escopo o estudo científico do sistema das microexpressões faciais- *Facial Action Coding System (FACS)* e da leitura corporal não verbal como instrumento de prova na investigação criminal. A relevância do tema para Segurança Pública consiste nas contribuições e inovações dessas técnicas já utilizadas no direito comparado, na busca de provas confiáveis. O objetivo geral é estudar as técnicas de detecção de mentira e verificar a possibilidade de sua aplicação em futuras investigações policiais no ordenamento jurídico brasileiro. A justificativa desse tema baseia-se na existência de ocasiões no Inquérito Policial em que o depoimento mentiroso pode ser decisivo para a elucidação de uma investigação ou pode acarretar prejuízos, arquivamentos, injustiças a terceiros ou a si próprio. A perspectiva metodológica foi baseada em revisão bibliográfica, sendo composta por livros, julgados, artigos científicos, doutrina de direito comparado, especialmente com referencial teórico baseado nos estudos científicos dos autores, além de obras de Paul Ekman e Wallace Friesen. Conclui-se que as técnicas de detecção de mentira podem ser uma ferramenta adicional e eficaz de serem utilizadas nos inquéritos policiais no ordenamento brasileiro, contribuindo para elucidação de crimes, além de serem importantes e inovadores instrumentos para a busca pela verdade real e justiça.

Palavras-chave: Microexpressões faciais; Prova; Mentira; Inquérito policial.

³¹ Mestrado em Direito Constitucional pela Universidade de Coimbra (2014- Revalidação USP/SP). Especialista em Direito Penal e processo penal aplicados - EBRADI; Especialista em Psicologia Multifocal e Formação em Psicoterapia Corporal Neo-Reichiana.

PROJETO CARCARÁ: POLICIAMENTO AUTÔNOMO E AÉREO 24/7

Julio Cesar Rodrigues Rocha³²

Amanda Vasconcellos de Queiroz³³

RESUMO

Monitorar áreas com grandes índices de crimes contra a vida e tráfico de drogas. Reduzir o risco de vida dos agentes de segurança. Pioneirismo no uso de drones autônomos para combate aos Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI), ao tráfico de drogas e para o acompanhamento de operações policiais. Monitorar ininterruptamente (24 horas por dia, 7 dias por semana) áreas com maiores índices de CVLI, por meio de voos automatizados de drones e com uso de inteligência artificial; analisar movimentos de suspeitos e seus veículos; monitorar o “modus operandi” do tráfico de drogas e criar ações de combate ao tráfico; acompanhamento em tempo real de operações policiais; monitorar posicionamento de apenados que usam tornozeleira eletrônica; gerar arquivos de vídeo para uso dos setores de inteligência da Segurança Pública. Adquirir e instalar duas bases autônomas de voo (DJI DOCK 2) por cada área de risco. Determinar as rotas de voo de monitoramento na área de risco, inclusive em ambientes noturnos devido às câmeras acopladas: grande-angular (CMOS de 1/1.32”), Tele (CMOS de 1/2”) e Infravermelho (UHR: 1280×1024 a 30 fps), bem como em condição chuvosa (aeronave DJI MATRICE 3TD). Acoplar detectores de disparo de arma de fogo ao sistema de monitoramento, para direcionar o drone para o local do disparo. Acoplar indicador de posição de apenados com uso de tornozeleira eletrônica.

Palavras-chave: Áreas de risco; Drone; Vigilância Aérea; Dji Dock 2.

³² Eng° Mecânico, Perito Criminal (Pefoce), piloto de RPA. julio.rocha@pefoce.ce.gov.br.

³³ Bacharel em Direito, Auxiliar de Perícia (Pefoce). amanda.queiroz@pefoce.ce.gov.br.

QUEBRANDO O CICLO: FORTALECENDO O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Cirla Busato³⁴

Carlos Augusto Gabriel de Souza³⁵

Kérin Silva³⁶

Andressa Petri Schneider³⁷

RESUMO

Quebrando o Ciclo é um painel de análise criminal cujo fim é o monitoramento diário de violência contra a mulher, o qual objetiva monitorar não apenas as vítimas e a revitimização, mas também os agressores e sua reincidência em crimes contra as mulheres. Diante da histórica subjugação social, a mulher tem sido vítima de violências de todo tipo, como física, emocional, sexual e, até mesmo, patrimonial. Nesse contexto, a segurança pública, assim como outras áreas governamentais, desenvolve políticas públicas de prevenção e repressão a tais tipos de crime. No Espírito Santo, as ações de segurança pública incluem diversas ações de proteção à mulher, como as Salas Lilás, Visitas Tranquilizadoras, Casa Abrigo, o Grupo Reflexivo Homem que é Homem, entre outras. Dessa forma, possuem-se informações tanto das vítimas quanto dos agressores. Diante da necessidade da compilação lógica das informações, a Gerência do Observatório da Segurança Pública (GeOSP) desenvolveu o painel Quebrando o Ciclo, que filtra *na big data* da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Social (SESP) todas as ocorrências de incidentes pré-determinados que estão associados à violência contra a mulher. De tais registros, extraem-se as vítimas e os agressores, em que Cadastro de Pessoa Física (CPF) de ambos passam a ser monitorados dentro do Quebrando o Ciclo. Todas as vezes que um CPF é envolvido numa ocorrência pré-estabelecida, sua rede é modificada no painel. O objetivo final do Quebrando o Ciclo é permitir a tomada de decisões baseada em evidências no desenvolvimento de ações de prevenção e repressão à violência contra a mulher.

Palavras-chave: Estatística; Análise criminal; Violência contra a mulher.

³⁴ Policial Militar, Mestra e bacharela em Geografia pela UFES e Analista Criminal pelo IJSN – cirla.busato@sesp.es.gov.br

³⁵ Policial Civil, Gerente do Observatório da Segurança Pública – carlos.souza@sesp.es.gov.br

³⁶ Policial Militar, Licenciada em Educação Física – kerin.silva@sesp.es.gov.br

³⁷ Policial Militar, Analista do Observatório de Segurança Pública – andressa.petri@sesp.es.gov.br

SISTEMA DE REGISTRO DE ÓBITOS: APRIMORANDO A PRECISÃO DO REGISTRO DOS ÓBITOS NO ESPÍRITO SANTO

Ellen Moreira de Andrade Poli³⁸

Juliana Almeida Subtil³⁹

Carlos Augusto Gabriel de Souza⁴⁰

RESUMO

No Estado do Espírito Santo, as mortes violentas são registradas pelo Centro Integrado Operacional de Defesa Social (CIODES). No entanto, a rigidez do sistema impõe limitações significativas, uma vez que, após o encerramento do Boletim Unificado, as informações ficam indisponíveis para correções ou adição novas informações, tais como qualificação dos envolvidos ou até mesmo alteração do incidente criminal, fato que prejudica a produção de estatísticas confiáveis. A fim de reunir os registros, identificar discrepâncias e lacunas nas informações, corrigindo e complementando-as de forma ágil e eficiente, desenvolveu-se um sistema para integrar e consolidar os dados recebidos do CIODES, o Sistema de Registro de Óbitos (SRO). O SRO utiliza duas fontes de dados para garantir alta confiabilidade nas informações: os dados CIODES e os dados do Departamento Médico Legal (DML). Diariamente, as ocorrências sobre mortes violentas são analisadas no SRO, e, além das informações iniciais dos boletins de ocorrências policiais, são agregadas informações do DML, complementadas com nome, filiação, documentação, consultas em sistemas criminais, motivação, local, coordenadas geográficas e outras informações relevantes para análise dos dados. Posteriormente, os incidentes são validados pela Autoridade Policial, e são incluídas as informações sobre abertura e encerramento do Inquérito Policial. Além da consolidação dos dados e do aspecto corretivo, o sistema permite o compartilhamento dos dados com órgãos municipais e estaduais, além do Sistema Nacional de Informações da Segurança Pública. O rigor no tratamento das informações garante estatísticas confiáveis e promovem a transparência dos indicadores de segurança pública.

Palavras-chave: Sistema; Indicadores; Estatística.

³⁸ Policial Civil, Bacharela em Ciências Contábeis, Analista Criminal pelo IJSN - ellen@pc.es.gov.br.

³⁹ Licenciada em Geografia pela UFES e Analista Criminal pelo IJSN - juliana.subtil@sesp.es.gov.br.

⁴⁰ Policial Civil, Gerente do Observatório da Segurança Pública.

PARTE IV
ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE
SUCESSO NA SEGURANÇA PÚBLICA

A IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA NOS GRANDES EVENTOS DESPORTIVOS NO ESTADO DO CEARÁ: A CÉLULA DE INTELIGÊNCIA DO BATALHÃO DE CHOQUE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO E DE COMBATE AO CRIME NOS JOGOS DE FUTEBOL

Éverton Bruno Pereira⁴¹

Dheyvidi da Silva Costa⁴²

RESUMO

Os recentes acontecimentos de violência na cidade de Recife-PE, após a partida válida pela Copa do Nordeste de 2024 entre *Sport Club* do Recife e Fortaleza Esporte Clube, em que o ônibus no qual estava a delegação do time da capital cearense foi atacado com explosivos e pedras, deram notoriedade nacional aos confrontos entre torcidas organizadas no corrente ano. A Polícia Militar do Ceará, por meio do Batalhão de Choque (BPCHOQUE) e da Assessoria de Inteligência (ASINT), criou uma Célula específica para o assessoramento das missões orgânicas do BPCHOQUE no ano de 2020, uma Célula de Inteligência Policial Militar *Sui generis* que tem como finalidade realizar o acompanhamento dos movimentos sociais, ações de reintegração de posse e, como atividade principal, realizar o monitoramento das Torcidas Organizadas do Estado. A relevância do tema para a Segurança Pública é latente, os episódios de violência cada vez mais graves e elaborados e a falta de literatura sobre o tema evidenciam a necessidade de ampliação dos estudos voltados para esse fenômeno da violência urbana. O objetivo da proposta é apresentar os resultados positivos alcançados com a implantação desta subagência, destacar a criação de procedimentos operacionais próprios, através de uma metodologia eficaz de monitoramento e intervenção nas atividades das torcidas organizadas, visando mitigar conflitos e garantir segurança pública. A construção metodológica é composta de coleta de dados, análise de dados aplicando métodos qualitativos e quantitativos para examinar padrões de comportamento, táticas de confronto e eficácia das medidas de intervenção.

Palavras-chave: Inteligência Policial Militar; Torcidas organizadas; Violência.

⁴¹ Inteligência do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Ceará.

⁴² Inteligência do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Ceará.

ANÁLISE DO CONTEXTO DOS CRIMES DA DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES POR DISCRIMINAÇÃO RACIAL, RELIGIOSA OU ORIENTAÇÃO SEXUAL DE FORTALEZA

Illa Campos Sousa Timbó⁴³

RESUMO

A partir da inauguração da Delegacia de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou Orientação Sexual em Fortaleza, no dia 15 de fevereiro de 2023, iniciou-se a elaboração de estudos e pesquisas, com dados estatísticos, para esclarecimento e acompanhamento dos casos relacionados aos crimes de injúria, preconceito e discriminação de natureza religiosa, racial, orientação sexual e identidade de gênero em Fortaleza. A pesquisa realizou levantamento de dados a partir da origem da denúncia, perfil da vítima, delito praticado e contexto em que os crimes previstos na Lei 7.716/1989 foram praticados, se no âmbito familiar, na vizinhança, no trabalho, na escola, no comércio, em atividade esportiva, em local público e ainda no ambiente virtual. O levantamento foi realizado a partir dos dados dos Inquéritos Policiais instaurados na Delegacia de Repressão aos Crimes de Discriminação Racial, Religiosa ou Orientação Sexual, no período de 05/04/2023 a 05/04/2024, fornecidos pelas vítimas dos procedimentos instaurados. Os dados foram inseridos em tabelas e analisados a partir do contexto em que o delito foi praticado. O conhecimento dessas informações possibilitou compreender a dinâmica e a incidência dos crimes informados a partir do local, do modo em que ocorrem, do ambiente e do cenário, propiciando melhores resultados nas investigações, melhor acolhimento das vítimas e, ainda, elementos importantes que podem contribuir na realização das políticas afirmativas no combate ao racismo.

Palavras-chave: Discriminação racial; Investigação; Delegacia; Contexto.

⁴³ Mestre em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Pesquisadora em segurança pública. Professora do Curso de Direito da FANOR - Faculdades Nordeste. Delegada de Polícia Civil do Ceará.

AS DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL E A UTILIZAÇÃO DE MÉTODOS CONSENSUAIS

Nartan da Costa Andrade⁴⁴

RESUMO

A pesquisa justifica-se pela necessidade de analisar a utilização de métodos consensuais na fase pré-processual penal no âmbito das Delegacias de Polícia Civil, envolvendo infrações de menor potencial ofensivo, inclusive com a aplicação de medidas despenalizadoras, para posterior ciência do Ministério Público e homologação do Judiciário. O tema é relevante à Segurança Pública, enquanto, além do ganho de tempo com a aplicação de instrumentos voltados ao consenso na própria Delegacia, tais como, mediação ou conciliação, muitos dos conflitos apresentados necessitam somente de um auxílio de um terceiro para que se possa resgatar o diálogo. Tal medida evitará o agravamento de conflitos que, inicialmente, não teriam tanta relevância criminal, mas que não se tiver um tratamento adequado, poderá culminar na prática de crimes mais graves. Por fim, o objetivo primordial da pesquisa será a importância de utilizar métodos consensuais na própria Delegacia de Polícia Civil, e, ainda, um melhor tratamento de conflitos envolvendo infrações de menor potencial ofensivo que possam ser transacionadas ou, até mesmo, condutas aparentemente atípicas, com a aplicação de medidas despenalizadoras pelo Delegado de Polícia. Para tanto, a metodologia utilizada será apoiada em pesquisa bibliográfica e documental, com uma abordagem qualitativa, utilizando como parâmetros exemplos e experiências positivas no Brasil, inclusive com dados estatísticos reveladores da importância da aplicação de métodos consensuais nas próprias Delegacias, sem esperar até alguns meses para realização de audiência nos Juizados Especiais Criminais, evitando-se o agravamento do conflito, com pleno exercício da atividade pacificadora no âmbito policial.

Palavras-chave: Métodos consensuais; Pré-processual; Delegacias de polícia civil.

⁴⁴ Nartan da Costa Andrade, Delegado de Polícia Civil do Estado do Ceará, Mestre em Direito e Gestão de Conflitos, Professor Universitário, e-mail: nartanandrade@gmail.com.

CADEIA DE CUSTÓDIA NA SEGURANÇA PÚBLICA

Lêda Tálita Afonso Ferreira de Queiroz⁴⁵

Fernando V. S. Queiroz⁴⁶

RESUMO

A Lei 13.964/2019, do “Pacote Anticrime”, regulamentou a cadeia de custódia no Código de Processo Penal (CPP), estabelecendo: “considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte”. Desta forma, considera-se que a cadeia de custódia é fundamental para garantir a idoneidade e a rastreabilidade dos vestígios, com vistas a preservar a confiabilidade e a transparência da produção da prova pericial até a conclusão do processo judicial. Portanto, tem-se que a cadeia de custódia é a garantia conferida aos vestígios acerca da sua certificação de origem e destinação e, conseqüentemente, atribui à prova pericial resultante de sua análise, credibilidade e robustez suficientes para propiciar sua admissão e permanência no elenco probatório. Neste cenário, a implementação de práticas e padronizações que visam garantir o cumprimento da cadeia de custódia já é uma realidade na Perícia Forense do Estado do Ceará (Pefoce), que utiliza embalagens padronizadas com lacres e o *software* específico (Galileu) para a Cadeia de Custódia interna. Este trabalho tem por objetivo apresentar o caso de sucesso da Pefoce e a necessidade de estabelecer padronizações integradas com os demais órgãos vinculados à Secretaria de Segurança Pública, para garantir que todos os vestígios coletados, inclusive aqueles durante abordagens policiais, sejam devidamente acondicionados em embalagens apropriadas e com lacre, garantindo que todo o caminho percorrido por aquele material apreendido seja conhecido e documentado, isto é, que a cadeia de custódia seja respeitada.

Palavras-chave: Cadeia de Custódia; *Software* Galileu.

⁴⁵ Perita Criminal da Perícia Forense do Estado do Ceará – contato: leda.queiroz@pefoce.ce.gov.br.

⁴⁶ Perito Criminal da Perícia Forense do Estado do Ceará – contato: fernando.viana@pefoce.ce.gov.br.

CRIMINOLOGIA E COMBATE À CRIMINALIDADE VIOLENTA URBANA

Leonardo D'Almeida Couto Barreto⁴⁷

RESUMO

Qual a relação entre desordem ambiental e criminalidade? Em cidades dos Estados Unidos, teorias criminológicas buscaram estabelecer relações desses fatores para entender o fenômeno do crime. Em Nova Iorque e Chicago, o estudo analisa pontos fundamentais, como a população de faixa etária entre 18 e 24 anos, condições econômicas estadunidenses, consequências do encarceramento em massa, desorganização ambiental e direcionamento da ostensividade policial para setores pré-determinados da sociedade. Uma das inferências aqui praticadas abrange a ausência do Estado social em prol da robustez do Estado policial. Assim, há o agigantamento da atividade policial e, em paralelo, sonegação de políticas públicas básicas e de direitos fundamentais. É óbvio que pobreza, exclusão e desigualdade em locais vulneráveis são fatores que contribuem para a criminalidade, mas a violência também pode – e deve – ser compreendida a partir do protagonismo do crime entre os indivíduos que experimentam a invisibilidade estatal. A presente pesquisa será realizada a partir de um estudo de caso com base nas ações e nos dados produzidos em Nova Iorque, a partir da adoção da Teoria das Janelas Quebradas, na década de 90, e pela Escola de Chicago, nos anos 40, comparando-se com a realidade hodierna no Brasil. O estudo é importante para melhor entendimento de como a análise social pode ser direcionada para obtenção de diagnósticos técnicos aprofundados do enfrentamento à criminalidade, evitando a adoção de medidas frágeis baseadas meramente no empirismo, materialmente ineficientes.

Palavras-chave: Criminologia; Políticas públicas; Violência urbana.

⁴⁷ Delegado de Polícia Civil do Estado do Ceará, atualmente Diretor da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa - DHPP. Professor da Academia Estadual de Segurança Pública do Estado do Ceará (AESP).

INTEGRAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO CONSÓRCIO DAS GUARDAS MUNICIPAIS DO CEARÁ

Francisco Armando Vidal⁴⁸

Germana Elisa Santos Rocha⁴⁹

RESUMO

O presente estudo explora a iniciativa da Secretaria Municipal de Segurança Cidadã (SESEC) do Ceará em promover a integração entre as guardas municipais do estado do Ceará. Isso inclui a apresentação do Protocolo de Intenções de consórcio público entre os municípios das Regiões de Planejamento do estado do Ceará. Através de um consórcio público, municípios de diversas regiões se unem para trocar informações, dados e estatísticas, realizar capacitações conjuntas e investir em infraestrutura. O objetivo central é buscar soluções para problemas de segurança pública municipal, fortalecer as instituições e promover a integração entre as guardas. Como objetivos específicos, têm-se: I) identificar as principais propostas e suas funcionalidades; II) descrever suas contribuições para o fortalecimento dessas instituições; e III) discutir os desafios e perspectivas em relação a esse consórcio. A metodologia inclui pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

Palavras-chave: Integração; Consórcio público; Segurança municipal.

⁴⁸ Mestre em Planejamento de Políticas públicas. Especialista em Gestão de Segurança Pública. Especialista em Gestão Pública. Licenciado em Geografia. Subinspetor da Guarda Municipal de Fortaleza. E-mail: armandovidal26@hotmail.com.

⁴⁹ Mestre em Planejamento e Políticas Públicas (UECE). Inspetora da Guarda Municipal de Fortaleza (GMF). E-mail: germanaelisa@yahoo.com.br.

PERÍCIA CRIMINAL CONTÁBIL EM PROCESSOS LICITATÓRIOS NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL: UM ESTUDO DE CASO

Lívia Arruda Castro Praça⁵⁰

Ana Paula Teixeira Bastos Sobreira⁵¹

RESUMO

Até a entrada em vigor da Lei nº 14.133/21, que restringiu o procedimento do pregão presencial com o do pregão eletrônico, o formato presencial foi largamente utilizado em contratações de órgãos públicos, desde a sua regulamentação pela MP nº 2.026 de 2000, convertida na Lei nº 10.520 de 2002. Este estudo teve como objetivo relatar um caso em que a perícia criminal esclareceu uma fraude por combinação entre agentes públicos e empresas privadas numa licitação na modalidade pregão presencial, no ano de 2009. Na licitação em análise, o objeto licitado, cujo valor global era estimado em R\$ 16 milhões de reais, foi dividido em diversos itens, que, posteriormente, foram agrupados em 73 lotes. Assim, o preço médio de cada lote do certame foi estimado em R\$ 219 mil reais, permitindo contemplar diversos licitantes vencedores, em vez de um único arrematador para toda a licitação. Na análise da documentação, verificou-se que foram habilitados cinco licitantes, aqui denominados com os nomes fictícios Alfa, Beta, Gama, Delta e Sigma. A perícia examinou detalhadamente o preço de cada um dos 73 lotes registrados nas cinco Propostas de Preços enviadas pelos licitantes, com o intuito de verificar se os preços propostos pelos participantes correspondiam aos preços apresentados na Ata de Realização do Pregão. Foram encontradas 7 modificações, destas, 5 beneficiaram o licitante Beta, e as outras duas modificações efetuadas pelo pregoeiro e pela comissão de licitação beneficiaram o licitante Sigma. As referidas alterações foram efetuadas nos lotes de número 52, 53, 56, 58, 61, 65 e 67, que correspondem a lotes arrematados no final do certame. Diante do exposto, a Perícia Criminal Contábil consegue detectar essas práticas de fraude por combinação entre agentes públicos e empresas licitantes, atuando no combate de práticas irregulares de agentes públicos em licitações.

Palavras-chave: Perícia Criminal; Contabilidade; Fraude em licitação.

⁵⁰ Perita Criminal, Contadora, Doutora em Adm. e Contabilidade, livia.castro@pefoce.ce.gov.br.

⁵¹ Perita Criminal, Eng. Civil, Especialista em Seg. Pública, anapaula.sobreira@pefoce.ce.gov.br.

SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DO SERVIDOR DA GUARDA MUNICIPAL DE FORTALEZA A PARTIR DE UMA ABORDAGEM BIOPSISSOCIAL

Francisco Armando Vidal⁵²

Germana Elisa Santos Rocha⁵³

RESUMO

A qualidade de vida do profissional é um dos fatores preponderantes para que o serviço prestado por ele seja satisfatório. Em relação ao agente de segurança pública, devem ser levadas em consideração as especificações que envolvem a sua rotina de trabalho, estando propensos a uma excessiva carga de estresse, decorrente, entre outros fatores, da exposição recorrente a situações de violência e conflitos, o que ocasiona, inclusive, alto potencial de ideação suicida. Neste sentido, o presente trabalho propõe-se a pesquisar sobre a atuação do Núcleo de Atendimento Biopsicossocial (NUABIS) da Guarda Municipal de Fortaleza (GMF), como iniciativa institucional adotada pelos gestores do município de Fortaleza que visa à prevenção do adoecimento psíquico dos profissionais que compõem a Secretaria Municipal da Segurança Cidadã (SESEC). Tem-se como objetivo geral estudar as estratégias de prevenção ao adoecimento desenvolvidas pelo NUABIS que priorizem a humanização, o autocuidado, a saúde e a qualidade de vida dos usuários do serviço. Como objetivos específicos, pretende-se: identificar os principais fatores que podem estar relacionados ao processo de adoecimento dos servidores atendidos; investigar a relação entre o modelo de gestão adotado e a saúde e a qualidade de vida dos usuários do serviço; verificar o alinhamento entre a atuação do NUABIS, a legislação e as políticas existentes em níveis estadual e federal. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva, bibliográfica e documental, cujo conteúdo informacional baseia-se em literatura sobre a temática, relatórios e outros documentos produzidos institucionalmente.

Palavras-chave: Segurança pública; Saúde laboral; Qualidade de vida do trabalhador; NUABIS.

⁵² Mestre em Planejamento de Políticas públicas. Especialista em Gestão de Segurança Pública. Especialista em Gestão Pública. Licenciado em Geografia. Subinspetor da Guarda Municipal de Fortaleza. E-mail: armandovidal26@hotmail.com

⁵³ Mestre em Planejamento e Políticas Públicas (UECE). Especialista em Políticas e Gestão de Segurança Pública. Inspetora da Guarda Municipal de Fortaleza (GMF). E-mail: germanaelisa@yahoo.com.br.

PARTE V
ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA PÚBLICA
PARA REDUÇÃO DE CRIMES VIOLENTOS
LETAIS INTENCIONAIS (CVLI)

ANÁLISE ESPACIAL DO ÍNDICE DE CRIMINALIDADE NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE CAUCAIA, CEARÁ, BRASIL

Flávio do Nascimento Moreira Júnior⁵⁴

Aryberg de Souza Duarte⁵⁵

Wagner Vinicius Amorim⁵⁶

RESUMO

Este estudo adotou uma abordagem analítica espacial para examinar a distribuição do Índice de Criminalidade Violenta Letal e Intencional (CVLI) na área urbana de Caucaia, utilizando a linguagem de programação R e bibliotecas especializadas. Os testes de Moran's I, Geary's C e Monte-Carlo destacaram fortes padrões de autocorrelação espacial, indicando a presença de *clusters* espaciais nos índices de criminalidade. A análise local com Mapa de *Clusters* LISA identificou áreas de alta concentração (“Alto-Alto”) e adjacências com áreas classificadas como (“Alto-Baixo”). A interseção espacial dessas áreas revelou que 31,9% dos 897 casos de CVLI ocorreram nos *clusters* identificados, representando apenas 3,93% da área total. Isso enfatiza a necessidade de estratégias específicas nessas regiões. Os resultados têm potencial para contribuir para políticas públicas, permitindo a alocação eficaz de recursos e a implementação de medidas preventivas. A continuidade do estudo é crucial para uma compreensão mais abrangente, envolvendo análises temporais e consideração de fatores socioeconômicos, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias informadas e abrangentes no enfrentamento das raízes estruturais da criminalidade na região.

Palavras-chave: Geoestatística; Geografia do Crime; Geoprocessamento; Indicador de Associação Espacial Local; Padrões Espaciais de Criminalidade.

⁵⁴ Bacharel, Licenciado e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Especialista em Geoprocessamento pela PUC Minas/MG. Pesquisador na Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Ceará (SUPESP/SSPDS-CE). flavio.supesp@gmail.com

⁵⁵ Bacharel e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Especialista em Geoprocessamento pela mesma instituição. arybergduarte@gmail.com

⁵⁶ Bacharel, Licenciado e Especialista em Ensino de Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); Mestre, Doutor e Pós-Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Docente da Graduação e Pós Graduação de Geografia na UECE e Coordenador do Laboratório de Estudos Urbanos e da Cidade (LEURC). wagner.amorin@uece.br

ANÁLISE GEOESPACIAL DOS DETERMINANTES DAS OCORRÊNCIAS DOS HOMICÍDIOS NOS BAIRROS DE FORTALEZA, CEARÁ

Marcus Vinicius Adriano Araujo⁵⁷

Marcelo Davi Santos⁵⁸

Marcel Pereira Pordeus⁵⁹

Gizelle Noronha Almeida⁶⁰

Abias Gomes Mota⁶¹

RESUMO

Referente à crescente literatura sobre o tema Violência e Criminalidade, esse trabalho busca contribuir para a análise e o entendimento da dinâmica espacial dos homicídios nos bairros da cidade de Fortaleza. A compreensão dos homicídios e da violência urbana é essencial, pois, em face desse conhecimento, é possível desenvolver estratégias de segurança pública e prevenção criminal. Sem um diagnóstico preciso, as políticas públicas correm o risco de serem mal direcionadas, não atendendo às necessidades reais da população e, conseqüentemente, não surtindo os efeitos esperados no combate ao crime. A amostra da pesquisa é composta pelos indicadores socioeconômicos dos bairros da cidade e pelas taxas de homicídios, para o período compreendido entre 2010 a 2022. O estudo utiliza técnicas de estimativas de dados geoespaciais: Análise Exploratória dos Dados Espaciais (AEDE) e Modelos de Dependência Espacial (SAR e SEM). Os dados foram obtidos através de fontes secundárias: Sistema Municipal de Informação sobre Mortalidade (SIM/SMS/PMF), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (SUPESP/SSPDS/CE). Os resultados mostram um processo de difusão espacial das taxas de homicídios. Além disso, verifica-se a existência de dependência espacial positiva, ou seja, áreas com elevada taxa de crimes estão acompanhadas por vizinhos, também, com elevadas taxas.

Palavras-chave: Homicídios; Dependência espacial; Fortaleza.

⁵⁷ Graduado, Mestre, Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará, CAEN/UFC, Ceará, Brasil. marcusvinicius.bob@alu.ufc.br.

⁵⁸ Graduado, Mestre, Doutor em Economia pela Universidade Federal do Ceará, CAEN/UFC, Ceará, Brasil. davisantos100@gmail.com.

⁵⁹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará, PPGPP/UECE, Ceará, Brasil. marcel.pordeus@aluno.uece.br.

⁶⁰ Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará, UFC, Ceará, Brasil. Pós-graduanda em Neuropsicologia pela Universidade de Fortaleza, UNIFOR. gizellenoronha@alu.ufc.br

⁶¹ Graduado em Finanças pela Universidade Federal do Ceará, UFC, Ceará, Brasil. abiasmota@alu.ufc.br.

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA PARA CASOS DE HOMICÍDIO: UMA ANÁLISE DAS MEDIDAS CAUTELARES NO ESTADO DO CEARÁ ENTRE OS ANOS DE 2020, 2021 E 2022

Deybson de Sousa Cavalcante⁶²

RESUMO

Uma das formas de se mensurar os impactos da violência criminal é realizando levantamentos quantitativos dos crimes contra vida; estes, podem ser igualmente úteis para compreensão de outros elementos das violências criminais. As imbricações dos crimes de homicídios podem reverberar fontes empíricas de dados sobre o universo dos Crimes Violentos Letais Intencionais, servindo como parâmetro de observação das atividades criminais. Associando essa forma de mensurar os impactos da violência ao processo investigativo/penal e entendendo que as primeiras 24 horas são cruciais para uma investigação em casos homicídios, o presente trabalho busca analisar quantitativamente os tipos de medidas cautelares para flagrantes em homicídios – simples, qualificado e feminicídio. Os dados foram obtidos por meio da ouvidoria do Tribunal de Justiça do Ceará. Os tipos de medidas cautelares, reverberam, para além dos aspectos da (im)punibilidade penal para crimes contra a vida, uma possível fragilidade no processamento de crimes de homicídio e suas afetações em face à segurança pública e à justiça criminal.

Palavras-chave: Homicídio; Investigação; Audiência de Custódia.

⁶² Antropólogo (Unilab); Especialista em Impactos da Violência da Escola (ENSP/FIOCRUZ); Mestrando em Antropologia (PPGA/UFC), Graduando em Direito (UNIFOR).

DESAPARECIMENTO FORÇADO E CRIMES LETAIS CONTRA ADOLESCENTES NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA ARMADA NA CIDADE DE FORTALEZA (CE)

Francisco Cláudio Oliveira Silva Filho⁶³

Arlete Gonçalves Silveira⁶⁴

RESUMO

O problema do desaparecimento de pessoas atinge milhares de famílias em todo o Brasil. Entre 2019 e 2021, foram registradas 200.577 ocorrências de desaparecimento. Ocorre que a taxa de desaparecimento entre jovens é 2,8 vezes maior que a média nacional. O desaparecimento é um fenômeno complexo e de múltiplos fatores. A questão possui uma dramaticidade particular quando ocorre no contexto da violência armada. Este trabalho tem por objeto de estudo o desaparecimento forçado de adolescentes no contexto da violência armada na cidade de Fortaleza. O objetivo é analisar o perfil das vítimas de desaparecimento forçado motivado por violência na cidade de Fortaleza no período de 2019-2021. O problema relevante para Segurança Pública: é possível identificar um perfil quanto à raça, ao gênero e ao local de moradia, das pessoas entre 14 e 18 anos desaparecidas na cidade de Fortaleza e sua relação com a criminalidade violenta letal? A hipótese é que o perfil de pessoas desaparecidas nesta faixa etária pode ser motivado pelo contexto de conflitos entre coletivos criminais em Fortaleza e, portanto, relacionado a um processo de violência letal. Essa questão pode apontar para ações de prevenção da letalidade para este público específico. O procedimento metodológico será a análise das informações sobre ocorrências de desaparecimentos disponíveis pelos órgãos de segurança pública do Ceará, em comparação com o perfil das vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais na mesma faixa etária.

Palavras-chave: Desaparecimento forçado; Violência armada; Adolescentes.

⁶³ Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: claudiosilva.advocacia@gmail.com.

⁶⁴ Delegada de Polícia Civil do Estado do Ceará. E-mail: arlete.silveira@policiacivil.ce.gov.br.

INTERVENÇÃO URBANA, CRIME E PERFORMANCE ESCOLAR: O CASO DAS ARENINHAS EM FORTALEZA

Marcelino Guerra⁶⁵

RESUMO

A cidade de Fortaleza implementou, em meados de 2014, um projeto de renovação urbana em larga escala focado em áreas da cidade com maior vulnerabilidade social e um percentual elevado de jovens adultos – o projeto Areninhas. O programa constrói campos de futebol com grama artificial, muitas vezes renovando a infraestrutura local com parquinhos para crianças, nova iluminação pública e calçadas revitalizadas. O presente estudo implementa o *design* de diferença-em-diferenças para estimar o efeito causal da intervenção urbana na taxa de homicídios e na performance escolar de alunos da rede pública. Eu estimo que esses campos de futebol causam, em média, uma queda de 2/3 nas taxas de homicídios nos setores censitários tratados, sem evidência de descolamento espacial ou temporal das mortes violentas. Esse efeito é mais agudo para o grupo de jovens adultos do sexo masculino com passagem pela polícia, o que indica menos violência entre gangues em áreas renovadas. Incapacitação voluntária e a ocupação das ruas pela população local podem ser outros mecanismos relevantes que explicam essa queda em mortes violentas. Alunos da quinta série que estudam em escolas públicas perto desses equipamentos aumentaram a nota de matemática do SPAECE em 2,5%, em média. Precificando o valor da amenidade gerada pelas areninhas e a redução nas mortes violentas, eu estimo que o benefício social ultrapassa os custos de construção e manutenção em dois anos. O estudo mostra que intervenções físicas na vizinhança que também envolvem os moradores locais podem ser uma alternativa custo-efetiva para a redução de homicídios.

Palavras-chave: Economia do Crime; Políticas Públicas; Inferência Causal; Diferença-em-diferenças.

⁶⁵ University of Illinois at Urbana-Champaign.

MÁXIMOS E MÍNIMOS MENSAIS DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS E INTENCIONAIS (CVLI)

Antônio Matheus Osterno Leitão⁶⁶

Alice Pontes de Lima Neta⁶⁷

RESUMO

Parte do sucesso de toda política pública é oriunda da análise estatística e da cultura de dados de uma instituição. Dentro da segurança pública, uma preocupação recorrente são os números de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI). Dedicar esforços para alcançar a redução desse indicador é fornecer subsídios para as polícias investigativas e ostensivas, bem como promover a segurança da sociedade em geral. É nesse contexto que buscamos analisar o indicador CVLI, que possui série histórica para este estudo, iniciada em janeiro de 2009 e fim em fevereiro de 2024, $n = 182$, com o intuito de verificar os máximos e mínimos mensais com aplicação destes dados a teoria de valores extremos. A finalidade da análise dos extremos, neste contexto, é identificar características que favorecem a ocorrência dos máximos, para que estes possam ser mitigados; já dos mínimos, é para que estes possam ser copiados. Como máximo global, tem-se 41 vítimas em janeiro de 2012. Já como mínimo global, tem-se 0 vítimas, que ocorreram 13 vezes, a primeira em janeiro de 2009 e a última em março de 2022.

Palavras-chave: CVLI; Máximos e mínimos mensais; Valores extremos.

⁶⁶ Assessor – Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública. Mestrando em estatística – Universidade Federal de Pernambuco. Estatístico – Universidade Federal do Ceará. matheusosternol@gmail.com.

⁶⁷ Assistente técnica – Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública. Especialista em análise criminal – Unyleya. Estatística – Universidade Federal do Ceará. Alice.pontesneta@gmail.com.

MONITORAMENTO DOS CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS NO CEARÁ EM 2023 POR MEIO DO COEFICIENTE DE MANN-KENDALL

Rodrigo Galvão dos Santos⁶⁸

RESUMO

Neste trabalho, é feita uma análise estatística dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) registrados no estado do Ceará no ano de 2023. Com base nos dados divulgados pela SUPESP/SSPDS/CE, no referido ano, foi observado um número médio de 8,14 CVLI por dia, com desvio-padrão de 3,55. O presente estudo tem como objetivo detectar tendências de aumento dos CVLI ao longo de janelas temporais de duas semanas, fornecendo subsídios técnicos para o desenvolvimento de ações estratégicas de combate aos crimes em tempo real. Foi adotado como critério de análise a série temporal do coeficiente de Mann-Kendall (Z_{MK}), que permite identificar tendências locais de crescimento à medida em que estas ocorrem. Foram identificados catorze pontos críticos, para os quais a tendência de crescimento nos CVLI foi observada com um nível de confiança superior a 90% na quinzena do teste. Tais eventos ocorreram nos dias 29/01, 30/01, 31/01, 03/02, 05/03, 06/03, 07/04, 22/04, 23/04, 24/04, 14/05, 17/07, 13/08 e 24/09/2023. Uma vez que o teste é baseado nos dados consolidados dos catorze dias anteriores, é possível detectar rapidamente tendências de crescimento dos CVLI para o planejamento e a aplicação de ações preventivas de combate aos crimes, em especial de policiamento ostensivo em áreas estratégicas, com fito de interromper a tendência local ou de evitar a ocorrência de datas críticas sucessivas, como as observadas nos meses de janeiro, março e abril de 2023.

Palavras-chave: CVLI; Análise de dados; Teste de Mann-Kendall.

⁶⁸ Graduado em Licenciatura em Física pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, MBA em Gestão Escolar pela Universidade de São Paulo, Mestre e Doutor em Física pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente sou Perito Criminal da Perícia Forense do Estado do Ceará (PEFOCE) lotado no Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

PRÁTICAS RESTAURATIVAS NOS ATOS INFRACIONAIS PELAS POLÍCIAS JUDICIÁRIAS COMO ESTRATÉGIA PARA REDUÇÃO DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS (CVLI)

Rodrigo Ribeiro de Vasconcelos⁶⁹

RESUMO

Objetiva-se neste trabalho, inicialmente, descrever, de forma crítica, a realidade dos jovens no Brasil, permitindo-se uma reflexão acerca dos caminhos traçados e das estratégias a serem delineadas para proteção integral do jovem, por meio do fortalecimento da cidadania, com vistas à pacificação social e redução dos crimes violentos letais intencionais (CVLI). Em seguida, perquirir-se-á a relação entre polícia e cidadania, explorando como as instituições policiais podem promover a tutela de direitos fundamentais, garantindo a cidadania dos indivíduos, mediante o fortalecimento dos vínculos sociais e a promoção do exercício de direitos. Por último, será analisada criticamente a atuação da Polícia Civil diante do ato infracional, tecendo-se proposições de como sua atuação poderia ser mais eficaz no sentido de favorecer a redução de crimes violentos letais intencionais, por meio da tutela da dignidade e da cidadania dos direitos dos adolescentes em conflito com a lei, bem como verificada a pertinência e a legitimidade para práticas restaurativas pelas polícias judiciárias. A pesquisa justifica-se por sua relevância teórica e prática, haja vista tratar de questões ainda pouco exploradas na literatura e na praxe policial, e em razão da Doutrina da Proteção Integral e dos expressivos casos de atos infracionais no Brasil, que nem sempre são adequadamente tratados pelo processo tradicional. Como metodologia, utiliza-se de pesquisa do tipo bibliográfica, por meio da análise de livros, artigos jurídicos, documentos nacionais e internacionais, da legislação e da jurisprudência, pura e de natureza quantitativa e qualitativa, com finalidade descritiva e exploratória.

Palavras-chave: Juventude no Brasil; Polícia e cidadania; Competências das polícias civis diante do ato infracional; Justiça Restaurativa Juvenil no âmbito das polícias judiciárias; Redução de crimes violentos letais intencionais.

⁶⁹ Delegado de polícia civil da Polícia Civil do Estado do Ceará (PCCE). Mestrando em Direito na Universidade Federal do Ceará (UFC).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este livro reafirma que a segurança pública, em sua complexidade, exige um olhar atento e multidimensional, capaz de articular ciência, tecnologia, práticas inovadoras e compromisso ético com a justiça social. Ao longo de suas páginas, foram apresentados estudos que dialogam com as urgências e especificidades do contexto brasileiro, revelando que os desafios enfrentados pelas políticas de segurança pública podem ser enfrentados de maneira mais eficaz a partir da colaboração entre academia, gestores públicos e profissionais da área.

As reflexões aqui reunidas mostram que a inovação tecnológica, aliada a estratégias fundamentadas em dados e evidências, tem o potencial de transformar a segurança pública em um campo mais inclusivo, eficiente e respeitoso dos direitos humanos. Exemplos de boas práticas, como a adoção de ferramentas de inteligência artificial, o fortalecimento do monitoramento de indicadores criminais e a implementação de metodologias participativas, reforçam a importância de se repensar modelos tradicionais em prol de abordagens mais sustentáveis e integradas.

Além disso, as análises sobre violência de gênero, impactos do encarceramento e iniciativas locais de combate à violência doméstica revelam que a segurança pública não pode ser dissociada do combate às desigualdades sociais e à promoção de direitos. Esses estudos trazem um chamado à ação, indicando que os avanços na área dependem de uma visão ampla, que compreenda a segurança como um direito essencial e como um dever compartilhado entre Estado e sociedade.

Em conclusão, esta obra não apenas compila reflexões e práticas, mas também se posiciona como um convite ao diálogo contínuo e à busca por soluções criativas e éticas para os problemas da segurança pública. Que os *insights* aqui apresentados sirvam de inspiração e guia para pesquisadores, gestores e profissionais, impulsionando ações que tornem o Brasil um país mais seguro, justo e humano.



Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública

Av. Aguanambi, 2600, bloco II - Aeroporto
CEP: 60415-390 · Fortaleza-CE
Fone: (85) 3194.7483